

DE “INVASÕES” E “RETIRADAS” DA LITERATURA FRANCESA EM PORTUGAL:

Reflexões para uma política da literatura traduzida¹

ANA PAULA COUTINHO MENDES

Universidade do Porto

amendes@letras.up.pt

Resumo

Tendo como horizonte teórico, as funções da literatura traduzida equacionadas no âmbito dos Estudos de Tradução em articulação com a Literatura Comparada, debruçar-nos-emos sobre o conjunto da literatura francesa que foi traduzida em Portugal ao longo de metade da última década, procurando daí retirar algumas ilações capazes de contribuir para uma reflexão urgente no quadro de uma política de tradução literária no nosso país.

Abstract

Having as theoretical horizon the functions of translated literature as they are considered within Translation Studies in articulation with Comparative Literature, this paper will be based on the amount of French literature translated into Portuguese in the last five years, trying to draw some conclusions that may contribute to an urgent reflection on the politics of literary translation in Portugal.

Mots-clés: Literatura traduzida, Estudos de Tradução, França, Portugal.

Keywords: Translated literature, Translation Studies, France, Portugal.

¹ Este estudo insere-se no âmbito do projeto “Interidentidades”, do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, Unidade de Investigação e Desenvolvimento, sediada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, ao abrigo do Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação 2010 (POCI 2010), do Quadro Comunitário de Apoio III (POCI 2010-SFA-18-500).

(...) na ordem da literatura, como nas outras, não há um único ato que não seja a coroação de uma infinita série de causas e o manancial de uma infinita série de efeitos.

Jorge Luís Borges, “A flor de Coleridge”

Ainda que o título do Colóquio que aqui nos reúne remeta de forma mais ou menos subtil para as comemorações, neste ano de 2010, do bicentenário quer da terceira invasão francesa do território português, quer da retirada das tropas francesas comandadas pelo Maréchal André Massena, não é sobre tal efeméride nem sobre quaisquer outros conflitos bélicos em torno de soberania territorial que me proponho refletir. Tão-pouco pretendo enveredar pela glosa de uma tese que, ciclicamente, inflama alguns pensadores ou “opinion makers”, empenhados em demonstrar que as guerras agora são, antes de mais, entre civilizações. Infelizmente, não só continuam a existir confrontos bélicos no mundo (no sentido mais literal e cruel do termo), como convém não esquecer, por outro lado, que a maioria das guerras teve sempre algumas causas e consequências civilizacionais ou culturais, chegando mesmo por vezes a baralhar, no final, os resultados, isto é, a inverter os papéis entre vencidos e vencedores, como aconteceu de certa forma entre a civilização helénica e o império romano.

Começo por me deixar guiar pela sugestividade de dois termos correntes em linguagem militar - “invasões” e “retiradas” - para, mediante uma estratégia pacifista mas não totalmente inócua, explorar aquela que poderemos aceitar como a metáfora da dinâmica cultural protagonizada pela literatura traduzida. Refiro-me, no caso concreto, à penetração da literatura francesa no polissistema literário português, de acordo com as conhecidas teses de Itamar Even-Zohar sobre a posição e o modo de funcionamento das obras literárias traduzidas (Zohar, 1999b). O tema em si mesmo é – admitamo-lo - vastíssimo e até mereceu já algumas abordagens diretas e indiretas, concentradas em períodos específicos do nosso contexto literário e cultural.

De molde a evitar quaisquer panorâmicas gerais que, muitas vezes, incorrem no sentido de apontar para grandes tendências em prol de uma conclusão pré-definida (e, nesse sentido, a quantos *requiem* temos nos últimos anos assistido sobre a “retirada” da cultura/ literatura francesas de Portugal!), propus-me pesquisar mais de perto aquilo que tem sido, nos últimos anos, o passar das fronteiras portuguesas da literatura francesa por via da tradução. As limitações de tempo e de espaço obrigaram a cingir-me a um quinquénio desta primeira década do século XXI². Embora esteja consciente da pequenez da amostra e,

² Dando também de alguma forma continuidade a uma investigação, que tive oportunidade de orientar há alguns anos atrás, e que viria a culminar numa dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Carvalho, 2007).

sobretudo, dos próprios limites dos ângulos de abordagem que tive de me impor (autores, obras, géneros predominantes, reedições, editoras...), entendo que estes são passos essenciais para uma reflexão abrangente e fundamentada sobre a planificação cultural ao nível da literatura traduzida.

Desengajem-se, desde já, aqueles que possam imaginar que a planificação da cultura é mais uma das invenções dos tempos e sociedades atuais, obcecados pela regulamentação, pelos planos estratégicos, pelos orçamentos, ministérios, secretarias ou fundações... Outros farão notar, de modo rápido e indisfarçavelmente cínico, que tudo agora se resume, ou não pode senão resumir-se, a leis do mercado e do capital.

A verdade é que a prática da planificação da cultura é ancestral e foi acompanhando diferentes momentos da História, embora, no mundo ocidental, tenha vindo a intensificar-se e a abranger mais entidades sociais a partir dos finais do século XVIII, contribuindo para repertórios que foram muitas vezes fundamentais para a constituição ou para o espírito das nações modernas no século seguinte (Even-Zohar, 1999). Essas intervenções decorriam de forma mais ou menos informal, lideradas por alguns indivíduos e instituições com poder social e simbólico capazes de ir delineando, através das respectivas opções e iniciativas, o mapa cultural de um dado território e de uma determinada comunidade. Mas a falta de uma análise consequente de conjunto em sectores determinados e determinantes na complexa dinâmica cultural, fazia com que Gideon Toury pudesse afirmar, há cerca de uma década atrás, que ainda não se tinha olhado, de forma sistemática, para a tradução como actividade de planificação que ela pode ser e tem muitas vezes sido (Gideon, 2001:18).

Haverá que reconhecer, no entanto, que nos últimos anos tem havido sectores da investigação universitária a debruçar-se especificamente, e de modo mais sistemático, sobre a História da tradução literária em Portugal³, embora essa tarefa esteja longe de poder dar-se como concluída. Esta análise reflexiva a partir de alguns dados concretos sobre a edição em Portugal da literatura francesa traduzida em anos recentes (concretamente entre 2004 e 2009)⁴, pretende justamente contribuir não apenas para uma brevíssima passagem de uma História (a vir) da Literatura Traduzida em Portugal (complemento reconhecido como fundamental de qualquer História da Literatura Portuguesa), mas também – ou sobretudo, como gostaria que acontecesse – para uma planificação a fazer da tradução da literatura

³ *Vd.* a investigação e colóquios promovidos pelo Centro de Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira da Universidade Católica Portuguesa, entretanto integrado no Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da mesma Universidade, bem assim como pelos Centros de Estudos Anglísticos e de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa.

⁴ A fonte de informação aqui utilizada é a base de dados da Biblioteca Nacional que, por força da lei do Depósito Legal, representa em princípio a fonte mais abrangente e fidedigna, não obstante algumas contingências, como sejam os atrasos, falhas e erros na respectiva indexação. Aproveito para registar o meu agradecimento ao Dr. João Leite, Director da Biblioteca da FLUP, pela ajuda preciosa no resolver de algumas questões e vicissitudes ligadas à pesquisa informática que está na base deste estudo.

francesa em Portugal (a par também das outras literaturas estrangeiras no nosso polissistema literário).

Começarei por invocar alguns números, embora esteja perfeitamente consciente da sua relatividade e da sua prepotência nos tempos actuais, em que se analisa e em que se insiste em avaliar tudo mediante (ou até exclusivamente por...) números e estatísticas. Não deixa todavia de ser importante lidar com alguns dados concretos que delimitam aquilo a que tem correspondido, nos últimos anos, a entrada da literatura francesa traduzida no mercado editorial português.

No período aqui sob escopo, o número de registos na base de dados da Biblioteca Nacional (BN), indexados ao código da Literatura Francesa, segundo a Classificação Decimal Universal, rondaram sempre as duas centenas⁵, com um máximo de 235 registos em 2005 e um mínimo de 150 (em 2008). Num primeiro relance, é notório, por um lado, o aumento de títulos relativamente a períodos anteriores (refiro-me concretamente às décadas de 80 e 90 do século passado⁶), mas pelo outro, ressalta também o decréscimo de edições de 2006 a 2008. Contudo, não é apenas com estes números que se poderá concluir, de forma rigorosa, que houve mais ou menos literatura francesa traduzida entre nós. Por exemplo, no que diz respeito à quebra registada entre 2006 e 2008 (na ordem dos 36%), era necessário conferir se ela não resultará também (ou em que medida) de um maior rigor na indexação das obras, ao ser retirado do código da literatura francesa, livros que devem ser indexados a outros códigos quer de categorias textuais, quer de pertença a outras literaturas em língua francesa. Essa “divisão de águas” nem sempre aconteceu em períodos anteriores, como facilmente se pode constatar quando se percorrem as listas de obras indexadas ao código da literatura francesa. Por outro lado, impunha-se também cotejar esses números com a actividade geral da edição em Portugal nos anos em estudo, e mais concretamente ainda com o número de livros publicados de literatura traduzida (qualquer que seja a língua de partida), para que se pudesse retirar ilações mais sustentadas sobre essa curva dos números ao longo de cinco anos. Não enveredei contudo por esses cálculos e comparações para as quais podem contribuir, ainda que com manifestas falhas, as estatísticas do *Index Translatorium* da Unesco. Esses seriam elementos interessantes e até necessários para um estudo estatístico mais integrado e abrangente, mas que aqui me afastariam de outras reflexões que considero agora prioritárias.

Se encarássemos os números globais em si mesmos, contrapondo-os *tout court* a números de anos anteriores, sem verificar aquilo a que uns e outros efetivamente correspondem, concordar-se-ia certamente que existia uma presença ainda bastante significativa da literatura francesa traduzida em Portugal. Uma média mensal de mais de dez

⁵ 2004 (210); 2005 (235); 2006 (221); 2007 (186); 2008 (150)

⁶ Vd. dados recolhidos no estudo anteriormente referido de António José Carvalheiro (2007:44-45).

livros editados em Portugal de literatura francesa, se pode não ser muito significativa em termos do volume do movimento editorial entre nós, tão pouco permite proclamar a retirada da cultura francesa do nosso país, como tantas vezes, e nos mais variados registos, tem sido feito. Mas é também aqui que a invocação dos números, por si só, se revela insuficiente, quando não mesmo perversa, uma vez que esse número global de registos anuais inclui vários problemas de indexação (por exemplo, até que ponto se poderão considerar livros de banda desenhada como literatura traduzida? E os trabalhos universitários realizados em Portugal sobre literatura francesa? Dois exemplos apenas de indexações erradas ou discutíveis que se verificam ao longo do quinquénio...). Além do mais, um número muito significativo dos registos tem a ver ou com reedições de obras traduzidas anteriormente ou com novas traduções de obras que já tinham sido anteriormente traduzidas e publicadas em Portugal. Filtrando todas essas vicissitudes, logo vemos significativamente reduzida a escala com que, num primeiro momento, nos deparamos ao investigar sobre a publicação entre nós da tradução da literatura francesa.

Avançando ainda mais para além dos números, procurando ver sobretudo por trás deles ou para além deles, verifica-se que o leque de autores, obras e géneros traduzidos está longe de ser proporcional àquilo que os primeiros números anuais, entre os 150 e os 235, poderiam deixar subentender. Desde logo, há que destacar a omnipresença ao longo dos cinco anos de dois ou três autores (e até muito concretamente de uma ou duas obras desses autores...) que surgem em continuadas reedições (ou, por vezes e em rigor, em reimpressões), por força dos cânones escolar ou da forte aposta editorial na chamada literatura infanto-juvenil. São exemplo disso mesmo, *O Príncipezinho* de Antoine Saint Exupéry; *Sexta-Feira ou a Vida Selvagem* de Michel Tournier, bem assim como *As Fábulas* de La Fontaine. Além destes campeões das reedições e/ou reimpressões, verifica-se também que é bem restrito o número de autores que surgem repetidos ao longo do quinquénio através de obras diferentes. Nesse pequeno grupo incluem-se escritores tão distintos como Charles Baudelaire, Amin Maalouf, Alexandre Dumas, Georges Simenon, Huysmans, Marc Levy, Voltaire, Marguerite Duras, Milan Kundera ou Catherine Clément. Revela-se também significativo o facto de, em 5 anos, haver apenas um registo de edição da tradução de uma obra da Idade Média: dois de livros do século XVI; cinco do Século XVII e cinco do século XVIII, e vinte e quatro do século XIX, ainda que em qualquer dos períodos, vários sejam os casos de reedições ou de novas traduções, não significando por isso verdadeiramente um alargamento de repertório da literatura traduzida de língua francesa.

Quando encarado o *corpus* de análise pela vertente genológica, verifica-se ainda, embora sem surpresa, a larga predominância do romance, sobretudo do romance histórico, embora seja também de salientar as presenças do romance policial, daquele designado como romance-triller, de algumas narrativas eróticas, assim como de algumas narrativas

que se situam na fronteira da ficção, como sejam as biografias e os casos mais recentes e populares de Histórias de vida, enquadráveis naquela que agora se designa como “literatura não ficcional”. Em cinco anos, detetei apenas um caso de primeira edição da tradução de um poeta, no caso concreto de Jacques Prévert; já que os outros casos (raros) de tradução de poesia dizem respeito a novas edições ou a novas traduções de textos já anteriormente publicados entre nós. Quanto à literatura dramática, geralmente traduzida expressamente para efeitos de encenação de uma determinada obra, a sua publicação em livro não pode ser, por si só, fonte de informação sobre a tradução literária num determinado universo cultural. Ainda assim, é de realçar que das sete traduções de literatura dramática que foram dadas à estampa no período em análise, quatro são da autoria de reconhecidos escritores portugueses (Nuno Júdice, Sophia de Mello Breyner Andresen e Vasco Graça Moura), pelo que será legítimo concluir que a sua edição em livro ficou antes de mais a dever-se à atividade literária daqueles autores-tradutores, tendo também para ela revertido.

Feita esta breve ronda pela caracterização geral dos números referentes à literatura francesa traduzida, coloquemo-nos por momentos no lugar de um leitor português que, não acedendo à literatura francesa no original (situação cada vez mais comum), esteve limitado àquela que foi sendo disponibilizada em tradução (e utilizo deliberadamente essa expressão iterativa, dado que a disponibilidade das edições no mercado se tornou cada vez mais encurtada não exactamente porque os livros esgotem, mas porque são rápida ou prematuramente retirados de exposição nas livrarias, quando não mesmo de circulação). A esse hipotético mas verosímil leitor, a edição em Portugal propôs-lhe sobretudo livros de Catherine Clément e de outros autores mais ou menos desconhecidos de romances históricos; romances de Marc Levy, de Georges Simenon ou de Amin Maalouf; várias obras de literatura infanto-juvenil; alguns títulos de autores consagrados como Milan Kundera, Le Clézio, Marguerite Duras, Voltaire ou Victor Hugo, e isso a par de ilustres desconhecidos, ou seja de autores estreantes (ou quase) como Anna Gavalda, Muriel Barbery ou Laurent Gaudé. Não será difícil adivinhar a pressão exercida por factores extra-literários, ou melhor, extra-textuais, na formação casuística de um tal repertório de literatura francesa traduzida.

Quando se pesquisa sobre as razões que terão levado à tradução/publicação de muitas das obras e autores encontrados nesta amostragem, logo se depara quer com casos de *best-sellers* de vendas em França e no estrangeiro, quer com consagrações através de prémios em França (Goncourt, Lire e, claro, por excelência o Prémio Nobel que levou à edição ou reedição de várias obras de Le Clézio em 2008), quer com associações ao cinema (por adaptações ou porque o respetivo autor está simultaneamente ligado à 7ª Arte), quer mesmo com ligações a alguns “faits-divers” mediáticos. As excepções a esse modelo de importação remetem-nos sempre ou para duas-três editoras com um catálogo mais específico e/ou exigente do ponto de vista literário (refiro-me concretamente às editoras

Tinta da China, “Cavalo de Ferro e Assírio & Alvim), ou para as iniciativas de pequenas editoras, emergentes ou à margem do *mainstream*, como é o caso da Vendaval⁷.

No repertório em análise, embora se destaquem claramente os autores franceses ou francófonos atuais (no sentido cronológico e mais atualizado do termo), o leitor português atrás referido que tenha, por hipótese, seguido o movimento editorial da literatura francesa traduzida, ficou muito aquém de uma ideia abrangente, seja da quantidade, seja da qualidade da literatura francesa contemporânea, entendendo agora por esta a literatura francesa das três últimas décadas. Muito concretamente, não lhe foi dada oportunidade de tomar contacto com aqueles autores que, nas diferentes áreas, da narrativa ao teatro, passando pela poesia ou por géneros híbridos, se têm destacado nos últimos anos no universo literário francês, graças à consistência, à novidade ou à especificidade dos respectivos projetos artísticos. Mas tão pouco, e salvo raríssimas exceções, lhe foi possível descobrir obras e autores de referência respeitantes a períodos anteriores, sobretudo aqueles que integram já o património literário, muitas vezes não apenas exclusivamente francês, dado fazerem também parte de um cânone literário europeu que se foi institucionalizando ao longo dos tempos.

Parece-me, então, não apenas legítimo como também necessário que nos interroguemos sobre a função da literatura francesa que tem sido traduzida nos últimos anos, integrando-se desse modo no polissistema literário português. Dadas as suas características gerais, e salvo talvez os casos muito específicos da banda desenhada, da literatura policial e de subgéneros que têm a ver com experiências ou histórias de vida em culturas e sociedades mais distantes, as obras que têm sido introduzidas em Portugal estão longe de preencher qualquer vazio ou lacuna literários; não selam propriamente afinidades com o universo português; não questionam formas, géneros ou modos de pensamento, pelo que também não é previsível que venham a contribuir especialmente quer para a mudança do horizonte de expectativas dos nossos leitores, quer para a própria consolidação ou para a transformação da literatura portuguesa.

Ainda que em termos absolutos, ou mesmo em termos relativos, por comparação com outras literaturas estrangeiras, os números da literatura francesa traduzida em Portugal sejam relevantes, a verdade é que não é exatamente com a tradução literária que se tem contrariado a retirada do universo literário-cultural francês de Portugal. Alguns (inclusive franceses) concluirão que aquilo que aconteceu foi que a literatura francesa entrou em declínio ou que ela deixou de contar com grandes autores ou autores de referência

⁷ Sobre o papel cultural e destino das pequenas editoras, a nível da literatura traduzida mas não só, parece-me oportuno lembrar a crónica-reflexão de José Eduardo Agualusa, escrita “na pele” de um Jorge Luís Borges póstumo, da qual respigo a seguinte passagem: “Caberá cada vez mais aos pequenos editores (...) o trabalho de descobrir novos autores. A eles competirá arriscar, enquanto os grandes petiscam. Hão-de perder o pouco que têm, enquanto os grandes amealham. E quando finalmente acertarem, e começarem a obter lucro, serão devorados.” (Agualusa, 2011: 25).

internacional. Mas, uma tal conclusão só não seria apressada e tendenciosa se tivesse em conta a globalidade do panorama literário francês e se não se confundisse alguns sucessos de venda com o valor cultural de criações literárias que têm condições para resistir à prova do tempo e às flutuações de modas suportadas por redes mediáticas. Direi então, de modo propositadamente incisivo, que aquilo que tem falhado na literatura francesa traduzida em Portugal é a política de tradução que, em geral, não tem sido outra senão a aplicação de algumas leis do mercado. Os editores dirão, designadamente as grandes editoras (uma vez que existem outros exemplos promissores, ainda que muitas vezes fugazes, vindos de pequenas editoras), que são obrigados a vender livros para salvaguardarem a sua viabilidade económica como empresas, pelo que não podem senão ir ao encontro das grandes tendências do mercado. Estaremos assim inevitavelmente sujeitos a deixarmo-nos invadir por uma seleção de autores/obras de qualidade discutível e de lastro fugaz, sob a lógica do peso das vendas, da atribuição de prémios ou de outras tantas vicissitudes extraliterárias? A quem cabe, afinal, zelar por uma política da tradução que cuide da riqueza e da diversidade linguística e cultural, seja em termos de preservação patrimonial, seja em termos de incentivo ao desenvolvimento de uma língua e de uma cultura? Concordaremos certamente que não se pode imputar apenas às editoras a responsabilidade de uma dinâmica cultural, ou melhor, intercultural, simultaneamente abrangente, sustentada e fecunda, que pressupõe investigação e conhecimentos alargados e que deverá passar por opções e intervenções socioculturais que extravasam daquele que tem sido considerado o trabalho de edição de uma obra de literatura estrangeira. Ora, sempre que se fala de algo que ultrapassa uma dinâmica do acaso ou da lei da oferta e da procura, surgem algumas reservas, demissões e fantasmas que importará questionar ou repensar. É certo que, por um lado, qualquer propósito de política cultural faz por vezes lembrar ou reacender memórias de regimes censórios ou totalitários, instauradores de listas de incluídos e banidos, segundo uma estratégia de propaganda implícita, em nome seja de uma ideologia, de uma moral, ou mais genericamente de uma “política de espírito”. Por outro lado ainda, a própria ideia da planificação da tradução literária arrasta naturalmente consigo a discussão sobre o (ou os) cânone(s) que nela atua(m). Mas é preciso ter bem claro que não é por não existir uma política de tradução literária explícita que a literatura traduzida (francesa ou outra) é menos condicionada ou que ela escapa a pressões externas... Já a discussão e as opções em torno de estéticas, de cânone ou de estratégias culturais podem e devem ser produtivas, na medida em que levam a tornar manifestos ou a esclarecer alguns princípios e tomadas de posição que, na maior parte dos casos, permanecem subjacentes sob a capa de uma ordem natural, inevitável ou irremediável. Por outras palavras: o estabelecimento de alguns princípios para a intervenção a nível do repertório de literatura traduzida implica e potencia uma acção conjunta e articulada que pode e deve assegurar uma pluralidade de

oferta capaz de significar quer um alargamento efetivo dos horizontes literários dos leitores portugueses, quer uma promoção de relações interculturais, quer ainda o enriquecimento do património literário em língua portuguesa.

Chegados aqui, impõe-se-me retomar a comunicação já anteriormente referida de Gideon Toury sobre a “A tradução como meio de planificação e a planificação da tradução”, a fim de me demarcar daquelas que foram então as conclusões daquele reputado especialista da Universidade de Telavive. Partindo do princípio de que a tradução não deve ser integrada nos actos de planificação cultural, Toury sublinhou que a sua intervenção não tinha visado argumentar a favor de uma planificação mais consciente da tradução qualquer que fosse a cultura, na medida em que essa não era a sua função enquanto investigador:

Os comportamentos no mundo real podem, evidentemente, tomar considerações teóricas como um dos seus pontos de partida. Podem também procurar aprender com os estudos descritivos. Os estudos teóricos e descritivos não são, contudo, levados a cabo com o objectivo de serem aplicados e não deveriam ser entendidos como tentativa de determinar, de qualquer forma, a aplicação” [e o Autor acrescentava ainda, mais adiante]: “O que os planificadores decidirem fazer ou não com este texto é com eles. Como convém a todas as actividades de planificação, sua será também a responsabilidade da passagem da teoria à prática, tal como o (in)êxito de uma tal transição. (Toury, 2001: 30)

Aquilo que aqui me parece francamente discutível é a atitude de escusa ou de abstenção da Universidade, através dos seus diferentes investigadores, numa matéria que comprovadamente arrasta consigo inúmeras consequências socioculturais. É certo que a investigação universitária não deve reger-se exclusiva ou fundamentalmente por fatores de aplicabilidade imediata ou pelas diferentes pressões socioeconómicas, mas a meu ver tão-pouco se deverá confundir a autonomia científica com o alheamento ou com uma certa atitude de demissão em termos socioculturais. Por isso mesmo, parece-me que neste caso, em concreto, é não só legítima como fundamental a interação entre a Universidade e a Sociedade, mediante aquilo em que os estudos literários e os estudos de tradução podem (ou devem) contribuir para a implementação de uma política da tradução declarada, através de uma planificação da literatura traduzida.

Longe de pretender que a política da tradução, concretamente a literária, dependa em exclusivo de quaisquer instâncias universitárias (alguns dirão mesmo, em tom pejorativo, de um “grupo de iluminados”), aquilo que defendo é que cabe também à Universidade enquanto instituição de pesquisa, de divulgação, e de legitimação intervir não apenas

indiretamente no mercado cultural (como já o faz muitas vezes)⁸, mas também de modo explícito e sistemático, a nível da formação de tradutores e de outros mediadores culturais, da consultadoria para a tradução de literatura estrangeira, junto de editoras, de instituições culturais ou de meios de comunicação e de difusão cultural, quer ainda a nível da criação de algumas coleções de textos literários traduzidos que, não obstante a sua qualidade e interesse literário-cultural, dificilmente serão dados à estampa pelos canais habituais, sujeitos ou limitados, como atrás ficou referido, pelas leis do mercado.

Nos últimos anos, foram dados alguns passos oficiais importantes na política cultural europeia no que diz respeito à defesa do multilinguismo e do diálogo intercultural, no âmbito dos quais veio a ser introduzido um capítulo na Agenda da Comissão Europeia da Cultura sobre a tradução literária, visando promover a circulação transnacional das obras e dos produtos artísticos e culturais, através do apoio a projetos de tradução.

Para esta decisão terá contribuído certamente a petição lançada em Paris em 2008, subscrita por vários escritores e intelectuais, apelando a uma política europeia da tradução, assente em dois princípios que cito, traduzindo: mobilizar todos os agentes e setores da vida cultural (ensino, investigação, interpretação, edição, artes e mídia); estruturar quer as dinâmicas internas da União Europeia quer as políticas externas, garantindo em concreto o acolhimento de outras línguas na Europa e o conhecimento das línguas da Europa para lá das suas fronteiras.

Para o universo da tradução literária que, a par da tradução filosófica, é aquela que mais pode (e deve) fortalecer a língua e o pensamento tanto da cultura de chegada como, implicitamente, da cultura de partida, esses princípios e propósitos, necessariamente globais, não passarão de letra morta ou os seus resultados práticos virão a ser avaliados como oportunidades perdidas, se não houver efetivamente um envolvimento generalizado e articulado na promoção de repertórios de literatura traduzida representativos da diferença ou especificidade culturais de cada literatura. Refiro-me a repertórios abrangentes, consistentes e relevantes (no sentido derridiano de «tradução relevante»⁹) no âmbito dos diferentes polissistemas literários. Para tanto, é preciso ter em conta que o interesse e a responsabilidade não são apenas da(s) cultura(s) de chegada. No caso concreto que aqui nos ocupa, é preciso dizer, sem quaisquer rodeios, que a literatura francesa traduzida (ou não) em Portugal é também da responsabilidade das diferentes instâncias culturais francesas, na medida em que essas instâncias devem estar empenhadas numa divulgação

⁸ Remeto aqui para a aceção abrangente que Itamar Even Zohar atribui ao mercado e que compreende “todos os fatores que participam no intercâmbio semiótico (“simbólico”) e noutras atividades relacionadas com ele”(Even-Zohar, 1999:90).

⁹ Ou seja, aquela que simultaneamente levanta (para uma nova língua), que anula (a incompreensão do texto original) e que “guarda/preserva” (o seu significado) (Derrida, 2005).

cultural “extra-muros” que seja garante de representatividade do melhor do seu património e da sua dinâmica literários e artísticos.

Houve tempos em que a projeção internacional da cultura literária francesa funcionava por si mesma, sem parecer pressupor um grande esforço por parte da própria França. Mesmo que já então não fosse exatamente assim, porquanto existiam dinâmicas de presença cultural no estrangeiro, através, por exemplo, das “Alliance Française” ou dos “Institut Français” espalhados um pouco por todo o lado, a verdade é que a realidade geopolítica é agora muito distinta e muito mais exigente mesmo para aqueles que nela sempre ocuparam lugares centrais. A projeção internacional de uma determinada cultura tem de fazer parte de opções estratégicas dos seus países de origem, como ainda recentemente mostrou o Brasil ao eleger como prioridade um investimento na tradução da sua literatura, tendo em vista a Feira de Livro de Frankfurt em 2013, onde será o país convidado.

Voltando então, para concluir, aos limites da metáfora militar que presidiu a esta reflexão sobre a literatura francesa traduzida em Portugal: quer na dinâmica nacional dos campos literários português e francês, quer na dinâmica internacional que os cruza não há verdadeiramente inocentes, nem tão pouco lugar para objeções de consciência. Neste caso, as “invasões” e as “retiradas” foram/são movimentos, e melhor seria/será que fossem/sejam estratégias, onde são as duas línguas e respetivas culturas que tanto podem ganhar como perder...

Bibliografia

- AA.VV (1999). *Teoría de los polisistemas*, Estudio introductorio, compilación de textos y bibliografía de Montserrat Iglesias Santos, Madrid: Arco/Libros, SL.
- AGUALUSA, José Eduardo (2011). “O admirável mundo novo dos livros”, *O Lugar do Morto*, Lisboa: Tinta da China, pp. 23-25.
- CARVALHEIRO, António José (2007). *Literatura Francesa traduzida em Portugal de 1976 a 2000*, Porto: ed. de autor.
- DERRIDA, Jacques (2005). “*Qu’est-ce qu’une traduction « relevante »?*”, Paris : *Les Cahiers de l’Herne*.
- EVEN-ZOHAR, Itamar (1999). “Planificación de la cultura y mercado”, *Teoría de los Polisistemas*, Madrid, Arco/libros, pp.71-96.
- EVEN-ZOHAR, Itamar (1999b). “La posición de la literatura traducida en el polisistema literario”, *Teoría de los Polisistemas*, Madrid, Arco/libros, pp.223-231.
- TOURY, Gideon (2001). “A tradução como meio de planificação e a planificação da tradução”, *In: Teresa SERUYA e Maria Lin MONIZ (orgs.) Histórias Literárias Comparadas*, Lisboa: Edições Colibri/ Centro de Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira, pp. 17-32.